COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.003, DE 2011

Dispõe sobre a prática do "Trabalho Decente" nas contratações de serviços e obras públicas da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Autor: Deputado ASSIS MELO

Relator: Deputado JOÃO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3003, de 2011, de autoria do nobre Deputado Assis Melo, dispõe sobre a prática do "Trabalho Decente" nas contratações de serviços e obras públicas da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

Conforme expressa o nobre Deputado Assis Melo, a apresentação do Projeto de Lei em tela pretende garantir a promoção do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, a proposição determinar a apresentação pelas empresas, quando da assinatura de contratos com a administração pública, a apresentação de declaração de "prática de 'Trabalho Decente'".

O Projeto de Lei nº 3003, de 2011, vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para os exames de compatibilidade orçamentária e financeira e de mérito, seguindo nos termos regimentais à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe-nos, como é de amplo conhecimento, apreciar preliminarmente a matéria quanto à compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, e outras normas pertinentes

à receita e à despesa públicas, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (artigo 32, X, alínea “h”, combinado com o artigo 54).

A proposição não apresenta qualquer tipo de repercussão no orçamento da União, eis que se reveste de caráter essencialmente normativo, sem impacto quantitativo, de caráter financeiro ou orçamentário, razão pela qual não cabe pronunciamento desta Comissão sobre este aspecto.

Ademais, em conformidade com o artigo 32, inciso X, alínea “g”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe à Comissão de Finanças e Tributação manifestar-se sobre o seu mérito. Compete à Comissão apreciar proposições atinentes à normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

O Projeto de Lei visa, em síntese, a vincular o estímulo ao Trabalho Decente o potencial de compra e de contratação do setor público. Para tanto, dispõe em seu artigo primeiro que o Poder Público deverá, quando da contratação de obras e serviços no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecer às empresas a necessidade de que declarem expressamente, quando da assinatura do contrato, o compromisso com a prática de Trabalho Decente.

Na concepção do Excelentíssimo Deputado Assis Melo, *Trabalho Decente é aquele tido como produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade de organização sindical e negociação coletiva, equidade e segurança, sem qualquer forma de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.* Tal conceituação está insculpida no artigo primeiro, parágrafo único do Projeto de Lei.

A proposição aventa tema que já é aplicado no Brasil: a promoção do Trabalho Decente no País passou a ser compromisso assumido entre o Governo brasileiro e a OIT a partir de junho de 2003, com a assinatura pelo Presidente Lula do Memorando de Entendimento, o qual prevê o estabelecimento de um programa para a promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente.

Devemos considerar, ademais, que a proposta de conceito de Trabalho Decente traz subjetividade para o tema, dificultando sua definição com exatidão.

Não obstante a importância das políticas de estímulo à prática do Trabalho Decente, cabe à Comissão de Finanças e Tributação analisar estritamente os efeitos da Lei proposta sobre os procedimentos licitatórios e

contratações, em todas as modalidades, para a administração pública direta e indireta.

Ainda que nobre seja a intenção do parlamentar proponente, a alteração, tal qual formulada, esbarra no art. 37, XXI, da CF/88, pelo qual somente é permitido incluir nos processos licitatórios exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Há que se ponderar que os procedimentos licitatórios, destinados à contratação de serviços e de obras públicas, visam a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Diante desta máxima, observamos que a proposta pleiteada pelo Excelentíssimo Deputado Assis Melo não se coaduna com os objetivos dos procedimentos licitatórios promovidos pelo Poder Público.

O seguinte precedente apoia a contrariedade que apontamos:

"A licitação é um procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia. Está voltada a um duplo objetivo: o de proporcionar à administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso - o melhor negócio - e o de assegurar aos administrados a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela administração. (...) Procedimento que visa à satisfação do interesse público, pautando-se pelo princípio da isonomia, a função da licitação é a de viabilizar, através da mais ampla disputa, envolvendo o maior número possível de agentes econômicos capacitados, a satisfação do interesse público. A competição visada pela licitação, a instrumentar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, impõe-se seja desenrolada de modo que reste assegurada a igualdade (isonomia) de todos quantos pretendam acesso às contratações da administração. A conversão automática de permissões municipais em permissões intermunicipais afronta a igualdade - art. 5º -, bem assim o preceito veiculado pelo art. 175 da Constituição do Brasil. (...) Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da administração. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio. A

Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A discriminação, no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível." (ADI 2.716, Rel. Min. **Eros Grau**, julgamento em 29-11-2007, Plenário, DJE de 7-3-2008.) **No mesmo sentido: RE 607.126-AgR**, Rel. Min. **Cármen Lúcia**, julgamento em 2-12-2010, Primeira Turma, DJE de 1º-2-2011.

Devemos discordar da iniciativa considerando especificamente as implicações da inovação pretendida às contratações públicas.

Não vislumbramos implicações da matéria com aumento ou diminuição da despesa ou da receita pública, não cabendo manifestação no que tange à sua adequação orçamentária e com sua compatibilidade financeira. No mérito, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 3003, de 2011.

Sala da Comissão, em de 2013

Deputado **JOÃO MAGALHÃES**
Relator